5 Identidade(s) e Narrativa(s)

(...) nossa própria existência não pode ser separada do modo pelo qual podemos nos dar conta de nós mesmos. É contando nossas próprias histórias que damos a nós mesmos uma identidade. Reconhecemo-nos nas histórias que contamos sobre nós mesmos. E é pequena a diferença se essas histórias são verdadeiras ou falsas, tanto a ficção como a história verificável nos provém de uma identidade. (Ricoeur, 1997, p.426)

Este terceiro e último eixo de discussão justifica-se pela necessidade da explicitação de um recorte mais preciso, que permita tornar o conceito de Narrativa, discutido no capítulo anterior, mais operacional, para pensar as tramas da didatização dos saberes em História. Trata-se de buscar, entre as diferentes narrativas históricas elaboradas e disponíveis no presente, aquela cuja intriga ofereça elementos susceptíveis de instigar a reflexão sobre as questões centrais desta pesquisa. Para tal, e por questões de ordem metodológica, tornou-se necessário que a intriga escolhida pudesse satisfazer três exigências: limitar meu campo de observação, sem, contudo, estar atrelada, necessariamente, a um conteúdo escolar específico¹⁵¹, estar estreitamente associada à razão de ser da obra histórica e ser suficientemente fértil para explorar as dimensões epistemológica e axiológica, inerentes a este saber.

A temática da identidade nacional, mais precisamente da identidade nacional brasileira, responde a essas condições. Em primeiro lugar, ela recorta, no âmbito da disciplina de História, um espaço bem delimitado que corresponde aos das histórias nacionais. Além disso, apesar de não constituir-se objeto de ensino propriamente dito, a construção do seu sentido, à despeito da pluralidade semântica que envolve tal noção, continua sendo uma das intrigas centrais, em torno da qual se organiza o saber dessa disciplina. Desde a emergência da História como disciplina acadêmica no século XIX, esta temática tem assumido o papel de fio condutor de grande parte das tramas tecidas. Em terceiro lugar, tendo em vista o investimento simbólico, político, ético e ideológico que a construção da

151 Essa flexibilidade da temática tornava mais fácil a entrada no campo, na medida em que me dava uma maior liberdade de escolha. O critério da escolha das aulas a serem observadas na escola privilegiada passou a ser aulas de História que naquele momento estivessem trabalhando com algum conteúdo de História do Brasil.

narrativa nacional¹⁵² requer, esta temática favorece o enfrentamento da tensão entre a busca da verdade (o que realmente aconteceu entre os elementos que hoje configuram nosso espaço de experiência e que contribuem para tecer a brasilidade?) e a construção de sentido (Qual a representação, ou representações, de brasilidade que prevalece, ou prevalecem, no nosso presente histórico?), satisfazendo assim, a última das exigências apontadas.

A abordagem da identidade nacional em termos de brasilidade sugere, desde já, o foco privilegiado e demanda alguns esclarecimentos. No âmbito da História, a discussão sobre esta temática tendeu até época recente a enfatizar a natureza e a construção da nação e/ou do nacionalismo(s), como se a questão da identidade não exigisse igualmente reflexão e questionamentos. Apesar de reconhecer a importância das contribuições dessas análises para a compreensão da marca identitária privilegiada — a nação —, minha preocupação aqui vai justamente na contramão desta tendência.

A ênfase no termo identidade nos remete à discussão em torno de um sentimento de pertencimento em nome do qual nos constituímos membros de uma comunidade — ainda que "imaginada" (Anderson, 1989) — nacional. Nessa perspectiva, as questões centrais para pensar o saber histórico escolar na perspectiva teórica adotada podem ser assim formuladas: De que modo nos tornamos brasileiros? E como o saber de História, em suas diferentes esferas de problematização, contribui para tal?

Desta forma, por um lado, discutir identidade nacional, nesta pesquisa, é entrar no debate mais amplo e atual sobre a(s) identidade(s) cultural(ais) entendida(s) como "aqueles aspectos das nossas identidades que surgem do nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e acima de tudo nacionais" (Hall, 1997, p.8). De outro lado, é repensar o termo nação, não necessariamente vinculado à noção de Estado. Se, em um determinado presente histórico, o Estado foi o referencial central para sedimentação de uma cultura nacional, a questão da identidade nacional não se reduz, tampouco se esgota nele. Esse tipo de enfoque autoriza que a identidade nacional seja representada também como um dispositivo de triagem, de classificação, capaz de oferecer "tanto a

152 Entendida aqui como a narrativa que contribui para dar sentido à cultura nacional com a qual nos identificamos no processo permanente de nos tornarmos brasileiros.

condição de membro do Estado-nação político quanto uma identificação com a cultura nacional" (Hall, 1997, p.63).

A escolha dessa temática pode ainda ser justificada por razões que extrapolam as condições impostas pelo objeto específico desta pesquisa. Com efeito, ela reforça a pertinência e atualidade deste estudo, na medida em que admite a articulação com algumas das questões de ordem política e cultural que atravessam nosso presente e que incidem diretamente tanto no campo da Educação como no campo da História.

"Só se pensa em identidade quando ela está ameaçada" (Airfuch, 2001, p.5). Esta afirmação permite que a reflexão sobre o que hoje tem sido chamado de crise de identidade adquira tessitura temporal e seja apreendida como um momento da trajetória de construção/desconstrução do projeto da modernidade. Santos (2000, p.33) sublinha que a preocupação com as identidades nasce correlata à questão da subjetividade, no momento inicial deste projeto, em pleno humanismo renascentista. Caracterizado como "um projeto sócio-cultural muito mais amplo, preñado de contradições e de potencialidades (...)" (Santos, id.)¹⁵³, a modernidade tem apresentado, desde sua emergência, diferentes linhas de construção de subjetividade, que disputam a hegemonia tanto no campo da política como no do conhecimento: subjetividade individual x subjetividade coletiva, subjetividade contextual x subjetividade abstrata, são algumas das tensões que permeiam as lutas internas entre as diferentes correntes teóricas informadas pelo paradigma moderno. Importa, pois, observar que o triunfo da razão iluminista e da teoria política liberal, a partir dos meados do século XIX, colocando em evidência a subjetividade individualista e abstrata — hoje alvo das críticas pós-modernas —, representa "propostas hegemônicas mas não únicas nem em todo o caso estáveis" (Santos, 2000, p.34).

153 Essa posição difere de grande parte das correntes pós-modernas que tendem confundir o projeto hegemônico iluminista com o projeto da modernidade como um todo. Em linhas gerais, a modernidade pode ser caracterizada também pela busca de equilíbrio entre regulação social e emancipação social. Mesmo que o processo histórico do capitalismo em termos mundiais tenha tendido a desequilibrar, cada vez mais, essa busca para o lado da regulação, a questão da emancipação nunca foi totalmente descartada, constituindo-se hoje uma marca distintiva desse paradigma.

É nessa perspectiva que é possível falar em movimentos de "descontextualização" e "recontextualização"¹⁵⁴ de identidades (Santos, 2000). O primeiro, em sintonia com a concepção de subjetividade vitoriosa até época recente, apesar das resistências enfrentadas¹⁵⁵, caracteriza-se pela imposição da perda gradativa, por parte dos sujeitos, de outros vínculos (étnico, religiosos, de classe, com a natureza, etc) que pudessem permitir a construção de identidades alternativas à polarização indivíduo-Estado, marca do projeto político liberal.

(...) sob a égide do capitalismo, a modernidade deixou que as múltiplas identidades e os respectivos contextos intersubjetivos que habitavam fossem reduzidos à lealdade terminal ao Estado, uma lealdade devoradora de todas as possíveis lealdades alternativas. (Santos, 2000, p.38)

Uma das facetas da crise que abala nosso presente consiste justamente na emergência de uma nova vaga de recontextualização ou reparticularização das identidades, resultante do esvaecimento das culturas nacionais que estão sendo colocadas em xeque tanto no plano político-cultural como no plano epistemológico. “Um campo de problemas, sem dúvida, clássicos, na medida em que são ligados à coletividade especificamente moderna que é a nação, encontra-se reatualizado e rearticulado em função de uma experiência histórica nova.”¹⁵⁶ (Colliot-Thélène, 1997, p.46)

No plano político-cultural, esta crise identitária é vista como resultado das pressões contraditórias exercidas sobre a(s) cultura(s) nacional(ais) e manifestadas, no cenário internacional, pelo acirramento das tensões global x local; universal x particular. Tensões, essas, decorrentes, por sua vez, da convergência de dois movimentos em curso e, à primeira vista, contraditórios: a

154 Hoje é muito comum encontrarmos, em estudos produzidos sob a perspectiva dos Estudos Culturais, o uso de expressões como: "regresso das identidades", "ressurgimento das identidades" ou "reparticularização das identidades", o que, todavia, não autoriza que os movimento, que elas nomeiam possam ser identificados necessariamente a uma perspectiva emancipatória, como veremos no decorrer da minha argumentação.

155 Boaventura de Souza Santos (2000) aponta as contestações românticas e marxistas como exemplos possíveis de resistência a esse processo gradativo de descontextualização de identidades. Enquanto a primeira forma de contestação vai propor a recontextualização das identidades a partir dos vínculos étnicos, religioso e com a natureza, a contestação marxista vai lutar pela recontextualização em termos de classes sociais.

afirmação de um processo de globalização¹⁵⁶ — se não de ritmo regular, tampouco uniforme, e, em vários aspectos, irreversível — e as eclosões, no nível planetário, de movimentos identitários, sejam de cunho nacionalistas e/ou étnico-culturais. Com efeito, “os fenômenos que dizem respeito à mundialização trouxeram para o primeiro plano a questão das identidades.”^{lxii} (Colliot-Thélène, 1997, p.46)

Hall (1997), todavia, chama a atenção para o fato de não ser possível pensar de forma mecânica e linear as implicações do processo de globalização para a problemática das identidades, e aponta três cenários possíveis. Uma primeira hipótese esboçada consiste na desintegração das identidades nacionais em decorrência de um processo crescente de homogeneização global. Ao incidir diretamente no deslocamento da capacidade decisória dos governos nacionais, bem como no enfraquecimento do sentimento nacional, a globalização torna obsoleto o vínculo entre indivíduo e Estado, estimulando o ressurgimento de outras lealdades culturais¹⁵⁷ que se manifestam através de novos laços estabelecidos "acima" e "abaixo" da Nação. Um segundo cenário possível e que, segundo o próprio Hall, corresponderia mais à complexidade deste fenômeno¹⁵⁸, diz respeito à eclosão, aparentemente paradoxal, de novas identidades, inclusive nacionais. De toda maneira, nas duas primeiras hipóteses, o "regresso das identidades" de diferentes tipos traduziria uma resistência a essa tentativa de homogeneização. A terceira e última hipótese sustentada por Hall concerne à emergência de "identidades híbridas", que incorporariam novas identidades locais e novas identidades globais, capazes de lidar com as tensões mencionadas de forma bem mais complexa.

156 O fenômeno da globalização é objeto de diferentes enfoques, vindos de perspectivas e horizontes teóricos bastante diversos. Ele pode ser abordado pelos vieses político, econômico ou cultural, dependendo das ênfases que são colocadas nas diferentes problemáticas que o fenômeno encerra. Apesar de ser possível estabelecer relações entre todos os enfoques e as questões educacionais, tendo em vista a temática central desta pesquisa, privilegiei a abordagem e os questionamentos oriundos da perspectiva cultural. Para uma visão mais aprofundada e sistematizada da relação entre globalização e as questões educacionais, ver o livro organizado por Vera Candau (2002) — Sociedade, Educação e Culturas.

157 Entre essas novas lealdades, podemos destacar, na Europa, o surgimento de uma entidade supranacional — a Comunidade Européia (CE), além do esfacelamento da URSS, das lutas separatistas, do movimento feminista, dos diferentes movimentos étnicos, dos fundamentalismos religiosos, etc.

158 A hipótese anterior pressupõe pensar o processo de globalização como algo uniformemente distribuído e sincronizado em termos planetários, o que não parece se confirmar nos movimentos históricos em curso.

A discussão em torno da construção da narrativa da brasilidade assume ainda uma maior importância, se considerarmos a necessidade de refletir sobre a forma como essas questões têm sido incorporadas e reelaboradas no contexto nacional, tendo em vista as singularidades de nosso processo histórico. Com efeito, se as manifestações de cunho identitário ganham maior visibilidade na atualidade, através da irrupção, na cena política nacional, de movimentos sociais e culturais que trazem à tona vozes, até então negadas, sua inteligibilidade pressupõe que elas estejam inseridas em uma dimensão temporal de duração bem mais longa do que a efervescência político-cultural da atualidade. Nem desintegração de uma comunidade nacional solidamente edificada, nem resistência a sua função integradora parecem-me ser modelos pertinentes para a compreensão da narrativa histórica em torno da brasilidade. Quanto à possibilidade de pensar esta marca identitária em termos de emergência de "identidades híbridas", alguns cuidados teóricos também se tornam necessários. Um primeiro implica a necessidade de interrogarmos quando e em que condições teve início esse processo de hibridização, o que leva a recuarmos historicamente para bem antes do momento de pensarmos em nos imaginar como nação e do mundo se tornar globalizado. Outro aspecto, decorrente direto do primeiro, diz respeito à necessidade de pensar a temática das identidades tendo como base as permanências e rupturas que se operam no decorrer desse processo de hibridização, e que permitem qualificar o novo nos diferentes presentes históricos privilegiados. Retomarei a questão no decorrer deste estudo, por enquanto, a observação contribui apenas para reforçar um dos argumentos centrais deste eixo de discussão, que consiste em afirmar a necessidade da incorporação do olhar do historiador, na análise da problemática das identidades.

No plano epistemológico, essa crise se manifesta nos debates teóricos que a temática da(s) identidade(s) tem suscitado no seio de diferentes Ciências Sociais, repercutindo direta ou indiretamente nas representações e práticas educacionais e, em especial, no ensino da História. Cumpre lembrar que ambos os campos, intimamente comprometidos com o projeto da modernidade, não podem ficar imunes às críticas que lhe têm sido dirigidas. Em um momento em que a identidade unificada e estável do sujeito moderno tende a ser continuamente deslocada e descentrada, nem a escola, nem a disciplina de História, sob pena de

negarem alguns de seus fundamentos e finalidades principais, podem deixar de enfrentar tal discussão.

Um dos grandes trunfos para a legitimação da escola tem sido sua contribuição na formação de identidades, sejam estas individuais, sociais e/ou culturais. Mesmo no seio das teorias educacionais mais recentes, o alvo das críticas incide mais sobre os pressupostos da construção da identidade do que sobre a importância atribuída à escola neste processo. O que está em questão é mais a concepção de escola e de identidade do que a relação estabelecida entre as duas.

Por outro lado, no caso da História e de seu ensino, a análise da trajetória da construção do campo disciplinar permite perceber o quanto ele está estreita e explicitamente imbricado com questões axiológicas, relativas à construção da(s) identidade(s) coletiva(s). De uma maneira geral, ao estar intimamente relacionada como o outro-passado, a História pode oferecer um terreno fecundo para a reflexão sobre a alteridade, fundamental para a problemática das identidades.

Pois, em definitivo, o outro é objeto da história, de maneira incontornável. Ele foi menos o centro quando a pesquisa histórica se centrava mais sobre o acontecimento ou quando ela era uma história política ou diplomática. Ele está muito mais no centro com as novas preocupações, como o estudo das representações, ou com o interesse intenso pela subjetividade do outro passado. Dito de outra forma, quando o outro não está explicitamente no centro do pensamento epistemológico histórico, uma concepção do outro, da relação com o outro, está, apesar de tudo, presente.^{lxiii} (Dalongeville, 2001, p.92)

Além disso, e em termos mais específicos, desenvolver o espírito patriótico, o civismo, construir a memória nacional ou recuperar memórias esquecidas são objetivos que permeiam e tensionam o ensino da História, à despeito das concepções históricas sobre as quais se baseiam. Apesar do Estado Nacional não poder ser mais considerado como o principal e único fator dos destinos dos povos e de ser necessário reconhecer o enfraquecimento dos laços de lealdade à uma cultura nacional — vista como homogênea e estável —, a “possibilidade de um ensino de história totalmente liberado do esquema nacional”^{lxiv} (Colliot-Thélène, 1997, p.51) parece-me dificilmente concebível (e muito menos desejável).

Efervescência teórica e política se conjugam nas esferas nacional e mundial, nesse limiar do terceiro milênio, colocando a temática da identidade no olho do furacão e instigando os diferentes atores e autores de imagens narrativas e

representações do Brasil e do brasileiro a repensar as estratégias e os mecanismos acionados para suas construções. Importa, pois, apreender nas tramas narradas, no âmbito da História do Brasil e do seu ensino, o novo olhar sobre o passado e o futuro que se elabora sob as pressões do nosso presente vivido.

Minha preocupação, neste capítulo, é identificar, na perspectiva da construção de meu instrumental de análise, as potencialidades e os limites das discussões teóricas em torno da questão da identidade, travadas nos dois campos centrais desta pesquisa — História e Educação. Como nos dois eixos de discussão anteriores, este também se organiza em torno das contribuições oriundas de diferentes posições teóricas em disputa, tendo como objetivo a construção de um olhar que permita abordar essa temática em sua complexidade. Estruturei este capítulo em três partes. A primeira, se propõe a discutir o conceito de identidade em geral, a partir do olhar do campo educacional. Na segunda seção, centro minha atenção na forma como as questões conceituais têm sido incorporadas e encaminhadas nos debates internos do campo da História. Na terceira e última, argumento, tendo como base o conceito de "identidade narrativa" (Ricoeur, 1997, p.421), a favor da construção de um olhar que busque articular as contribuições de cada um dos campos em questão.

5.1. A identidade na berlinda

A incorporação, no campo pedagógico brasileiro, dos debates em torno da temática da identidade, embora recente, é um fato incontestável¹⁵⁹. Inserida na discussão mais ampla sobre a relação escola e cultura(s), essa temática aparece, de forma mais ou menos direta, em diferentes questões debatidas nesse campo como, por exemplo: a redefinição do significado de alguns de seus conceitos centrais como escola e/ou currículo, os critérios de seleção dos saberes escolares, os

159 Como chama atenção Silva (2000), esta preocupação está presente até mesmo no discurso pedagógico oficial, ainda que de forma tangencial, através dos temas transversais (no caso específico, o tema da Pluralidade Cultural). Interessante observar que um dos critérios para a inclusão desses temas — apontados pela equipe responsável da concepção dos PCNs — consistiu na sua importância para pensar as questões sociais do nosso presente. Trabalhos recentes (Martinez, 2002), no entanto, têm mostrado que, no caso da introdução da temática da Pluralidade Cultural, a escolha, longe de ter sido consensual, foi o resultado de uma negociação entre interesses políticos divergentes.

alcances e os limites da introdução da perspectiva inter/multicultural tanto nas práticas pedagógicas cotidianas como na formação dos professores, etc.

Desde a década de 90, teóricos educacionais críticos e pós-críticos têm se debruçado sobre essa questão, ora traçando caminhos comuns, ora, diferenciados. Ao incorporar a perspectiva cultural, as vertentes teóricas articulam a identidade às noções de saber e de poder. No entanto, as formas de significar e articular cada um destes termos se distanciam, acarretando ênfases e leituras diferenciadas das práticas identitárias no campo educacional. O distanciamento entre as duas perspectivas pode ser abordado a partir do lugar atribuído ao próprio conceito de identidade no quadro teórico de cada uma.

Para a teoria educacional crítica, o termo identidade aparece mais de forma tangencial, atrelado ao termo cultura, não ocupando o lugar central do campo semântico estudado. Conceitos como ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, conscientização, emancipação, libertação, igualdade e resistência constituem a rede conceitual privilegiada nessa vertente, sendo responsável pela elaboração e articulação dos questionamentos do campo educacional.

Identificados com alguns dos pressupostos centrais da modernidade, os teóricos educacionais críticos, tendem, de uma maneira geral, a não fazer da temática da identidade um problema central de pesquisa. Vista como faceta da crise da modernidade, a assunção da crise identitária como objeto de investigação tende a predispor o abandono desses pressupostos, implicando uma mudança paradigmática.

A visibilidade da incorporação da perspectiva cultural pela teoria educacional crítica manifesta-se, sobretudo, na reorientação do alvo das suas críticas em direção ao significado de cultura e ao papel que a mesma pode desempenhar na reprodução e transformação das práticas sociais. A crítica contundente da concepção universal, individual, elitista, prescritiva e normativa de cultura, bem como o reconhecimento da relação estreita e crucial deste campo com as questões culturais, obrigou seus agentes a um trabalho de reelaboração conceitual do termo. A partir da segunda metade da década de 90, desenvolvem-se linhas de pesquisa que, orientadas pela perspectiva crítica, começam a operar com uma concepção descritiva, pluralista, contextualizada de cultura, fazendo emergir, no campo pedagógico, a tensão relativismo x universalismo, que tem catalisado,

desde então, debates acirrados entre seus representantes. Expressões como diversidade cultural, pluralismo cultural, multiculturalismo, educação multicultural, educação intercultural começam a ganhar espaço no campo, ainda que não haja consenso em torno de seus significados.

Cabe observar, no entanto, que, de maneira geral, as críticas formuladas pela teoria educacional crítica não chegam a problematizar, de forma sistematizada, um dos aspectos centrais — e diretamente vinculado ao conceito de cultura — debatidos no terreno das identidades. É possível perceber que nas pesquisas, realizadas por essa vertente teórica, sobre tais temáticas, a noção de "essência"¹⁶⁰ — subjacente à construção do conceito de cultura — tende a permanecer inquestionável.

Foi preciso assumir a centralidade do conceito de linguagem/discurso e mudar de paradigma para que este aspecto viesse a ser abordado de frente. Cumpre sublinhar que se a problematização dos conceitos de identidade e de cultura, através do estreitamento do diálogo com o universo da linguagem, deixa entrever soluções para a superação de alguns impasses teóricos, no entanto, faz emergir outros problemas, no plano da ação política, que não podem ser negligenciados. A defesa da fragmentação ou da pulverização identitária comporta o risco da imobilização de práticas transformadoras, na medida em que dificulta a implementação de projetos políticos capazes de aglutinar interesses coletivos.

Pelo que foi brevemente exposto, e tendo em vista o quadro teórico mais amplo no qual se inserem as minhas reflexões, argumento, em primeiro lugar, que as contribuições da teoria educacional crítica são mais relevantes para se pensar a dimensão política do que a dimensão conceitual que envolve a temática da identidade nacional — ainda que as duas não sejam completamente independentes. A filiação ao paradigma moderno garante, em última instância, a possibilidade de operar, em termos políticos e/ou epistemológicos, com algum

160 O termo nos remete à discussão sobre a natureza, a substância das coisas. Em termos de cultura, trata-se da discussão filosófica sobre a condição ontológica do que chamamos cultura. O termo "construção", utilizado na teoria educacional crítica, não leva necessariamente em consideração a questão da essência. Ele tende a ser utilizado como sinônimo de contextualização espaço-temporal, em oposição às perspectivas universalistas. Essa concepção, apesar de considerar a subjetividade e a historicidade inerente à produção do conceito, não se interroga sobre a experiência objetiva da(s) cultura(s). Desta forma, é possível, ao mesmo tempo, reconhecer a pluralidade de culturas no tempo e no espaço e continuar operando como se as diferentes culturas pudessem ser definidas por alguma essência imutável, genuína.

grau de totalidade na explicação do real¹⁶¹. Em seguida, reconheço que a contribuição das vertentes teóricas críticas não dispensa o apuramento conceitual, quando se trata de enfrentar a problemática das identidades. Importa, pois, buscar também o diálogo com as vertentes teóricas que têm repensado de forma mais aprofundada o conceito de identidade.

Entre as teorias educacionais pós-críticas e/ou pós-estruturalistas, a discussão sobre a identidade tem sido redimensionada a partir dos questionamentos suscitados pelas críticas pós-modernas, configurando outro campo semântico, no qual este conceito assume uma centralidade até então desconhecida no campo pedagógico. Esta nova configuração é feita através de deslocamentos, substituições, complementação e/ou re-significação em relação aos termos já trabalhados pela vertente crítica. Conceitos, como, por exemplo, alteridade, diferença, subjetividade, significação, discurso, representação, raça, gênero, etnia, sexualidade surgem com força nesse quadro teórico, permitindo uma nova inteligibilidade das práticas educacionais, tanto no campo político como no campo epistemológico.

Apoiados nas reflexões desenvolvidas em diversos campos sociais (Crítica literária, lingüística, antropologia por exemplo), em especial nas contribuições oriundas dos chamados Estudos Culturais (Hall, 1997, 2000; Canclini, 1997, Bhabha, 1998, Woodward, 2000), os teóricos pós-críticos distinguem, em linhas gerais, duas concepções de identidade em confronto nas diferentes leituras e interpretações de mundo: a concepção essencialista e a concepção construcionista (ou não-essencialista). A argumentação destes críticos em torno de tal problemática se faz a favor da segunda em oposição frontal com a primeira.

A concepção essencialista de identidade e de cultura está na base da proposta hegemônica do projeto de modernidade. Em linhas gerais, esta concepção sugere que existe um conjunto cristalino de características de que todos os membros de um grupo partilham, podendo ser reivindicadas como verdadeiras e genuínas. A identidade, assim concebida, faz apelo a uma suposta qualidade essencial, que permaneceria imutável ao longo do tempo.

161 No que diz respeito à dimensão política, trata-se da crença na possibilidade de construção de um sujeito coletivo, ou de uma marca identitária mais abrangente. Em termos da dimensão epistemológica, refiro-me à crença na possibilidade de apreensão do real em uma perspectiva totalizante, isto é, na qual sua inteligibilidade pressuponha o estabelecimento de complexas relações entre as diferentes dimensões nas quais está inserido.

No que diz respeito, mais diretamente, à temática central desta pesquisa, a busca arqueológica de símbolos e idiosincrasias, que têm lugar em diversos registros do discurso público, explicita a presença dessa concepção na abordagem da identidade nacional. A busca desse tipo de marca identitária será um dos leitmotiv das críticas pós-modernas. Hall (1997), ao criticar as estratégias discursivas da construção da nação moderna, evidencia o papel desempenhado pela concepção essencialista de Identidade e de História como eixo estruturador desses discursos. A ênfase nas origens, na continuidade, na tradição, na intemporalidade faz com que a identidade nacional seja vista como primordial, como algo "que está lá, na verdadeira natureza das coisas". Esta concepção reafirma a idéia de uma identidade fixa e imutável, que se fundamenta tanto em verdades históricas definitivas e absolutas (essencialismo cultural) como na continuidade linear dos fatos históricos nacionais. A construção da narrativa nacional assume, assim, características unívocas, eliminando do discurso tudo o que diverge e atrapalha que "a verdade" do passado seja estabelecida e que ele possa ser desvelado, narrado "tal como aconteceu".

A perspectiva essencialista não é, todavia, apanágio das culturas nacionais que resultaram do processo de descontextualização, iniciado com a modernidade. Ela pode persistir nos conceitos de cultura e de identidade que estão na base das diferentes reivindicações das minorias étnicas, sexuais, religiosas, etc e que dão corpo ao fenômeno bastante atual do regresso das identidades, associado à crise da modernidade. Essa observação é importante por três razões.

Em primeiro lugar, na medida em que permite a construção de um olhar mais apurado e crítico no que diz respeito à tensão identidade nacional x identidades culturais. A denúncia da cultura nacional em relação à sua força impositiva, integradora e homogeneizadora em detrimento de outras culturas, não leva em consideração, necessariamente, o conceito de identidade que subjaz a essas críticas. A busca das raízes, a volta às origens, tão presente igualmente nesses movimentos de cunho identitário, tendem a operar com a mesma concepção essencialista de identidade que está na base da nação moderna criticada.

A segunda razão diz respeito às implicações políticas decorrentes da primeira. O fato de proclamar a diversidade cultural não garante necessariamente uma postura política transformadora. Muitas propostas educacionais

multiculturais apresentam traços bastante conservadores, em especial aquelas que, em nome da preservação das supostas raízes culturais, tendem a negar qualquer possibilidade de diálogo entre as diferentes culturas¹⁶². A mesma reflexão pode ser feita no sentido inverso: o fato de defender a pertinência política de algum sistema de classificação social mais abrangente não significa, obrigatoriamente, uma posição política reacionária. Dito de outra forma, nem toda fragmentação identitária é revolucionária, nem toda totalização política é reacionária, como parecem querer afirmar algumas posições pós-modernas.

Por fim, é muito mais a denúncia desse essencialismo identitário — seja em termos biológicos ou históricos — do que o reconhecimento da pluralidade cultural o que permite perceber, com maior clareza, o marco divisor entre algumas das propostas educacionais atuais que incorporam a perspectiva multi/intercultural. Em termos semânticos, esta distinção pode ser percebida pelo próprio emprego de determinadas terminologias. A utilização do termo diversidade cultural em algumas dessas propostas trairia, segundo alguns teóricos educacionais, a presença deste essencialismo. Como denuncia Silva (2000): "Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar uma posição" (Silva, 2000, p.73). Identidade e diferença são positivadas, auto-referentes, auto-contidas, correspondendo respectivamente "àquilo que sou" e "àquilo que o outro é". O desdobramento pedagógico deste tipo de percepção é a recomendação do respeito e da tolerância para com a diversidade e a diferença, em sintonia, na maioria das vezes, com uma concepção (neo) liberal de mundo e de escola. Como afirma Abdallah-Preitcelle (1986), as práticas pedagógicas orientadas por essas vertentes tendem a introduzir o **outro** como objeto de conhecimento, e não como sujeito ativo do processo de construção de identidade.

Em contrapartida, na concepção construcionista de identidade, a substituição do termo "diversidade" pelo da "diferença" firma uma posição teórica e política distinta. A diferença, ou melhor o processo de diferenciação assume, entre os adeptos desta concepção, a dianteira na problemática das identidades. Informados

162 Esta discussão é um dos eixos centrais nos debates em torno da tensão universalismo x relativismo no campo educacional.

pelas teorias lingüísticas¹⁶³, estes críticos afirmam a diferença pela diferença, sem tentar unificá-la, homogeneizá-la, ou reduzi-la ao *mesmo*. Nessa concepção, a questão da identidade se situa muito mais no campo discursivo da negociação dos sentidos do que no de possíveis atributos biológicos e/ou culturais distintivos.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística. Dizer que são o ato de criação significa dizer que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. (Silva, 2000, p.76)

Fica fácil de perceber que este tipo de posição pode escorregar rapidamente para um relativismo cultural e epistemológico radical. Como afirma Airfuch, ao analisar criticamente as correntes que operam com essa concepção de identidade (2000, p.4): "Não há identidade fora da representação, quer dizer de narrativização — **necessariamente ficcional** — de si mesmo, individual ou coletiva" (grifo meu). Nessa perspectiva, termos como imaginação e invenção para falar sobre a nação e/ou sobre qualquer outra marca identitária são particularmente valorizados e, muitas vezes, descontextualizados dos quadros teóricos nos quais foram elaborados¹⁶⁴. Todavia, o risco de radicalização não é exclusivo a esta concepção, e não diminui, portanto, algumas de suas potencialidades que merecem ser exploradas nesta pesquisa.

A primeira potencialidade diz respeito à ênfase na dimensão relacional entre identidade e diferença. A identidade não se define em oposição à diferença, mas como elemento constitutivo da mesma, a identidade carrega com ela o traço do outro. O desafio é aceitar identidade e diferença como mutuamente determinadas. A diferença deixa de ser aprendida como produto derivado da identidade que é vista, regra geral, como a norma. Neste sentido, produção de identidades implica necessariamente produção das diferenças. A diferença é estabelecida por uma

163 Airfuch identifica três correntes do campo da lingüística que contribuem para pensar a questão da diferença no campo simbólico: a perspectiva de Saussure, que identifica a diferença como parte integrante da estrutura da língua, tornando possível afirmar uma diferença sem desigualdade; as reflexões de Derrida, em particular o seu conceito de *differance*, pelo qual o sentido de um signo pode ser sempre adiado, abrindo pistas para que as identidades sejam somente temporariamente fixadas no jogo das diferenças; a perspectiva de Bakhtin, que defende a diferença irredutível dos pontos de vista, implicando que a alteridade constitutiva da linguagem é condição do próprio dialogismo e, portanto, de uma ética do discurso.

164 Refiro-me as expressões como "comunidade imaginada" (Anderson, 1989), ou "tradição inventada" (Hobsbawn & Ranger, 1984), que são comumente apropriadas pelas perspectivas pós-críticas.

marcação simbólica em relação a outras identidades. Conceituar identidade desta forma está longe da busca de raízes e envolve o exame do que Woodward (2000) denomina de "sistemas classificatórios", pelos quais algumas diferenças são marcadas e outras obscurecidas. Identidades e diferenças não são apenas "definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas." (Silva, 200, p.81)

A articulação com a noção de processo é outro potencial teórico do conceito de identidade. A visão processual é responsável pela percepção da identidade muito mais na perspectiva do "tornar-se" ou do "estar sendo" do que do "ser". É esta característica que permite falar em performatividade, instabilidade e fluidez das identidades. A identidade é vista como movimento e transformação, "como cadeia de elos de identificação que se articulam e que alcançam certos níveis de plenitude temporais, para imediatamente depois sofrerem rearticulações, que podem implicar a exclusão ou a inclusão de elementos de identificação (novos, velhos, outros)" (Laclau & Zac, apud López, 2001, p.192). É nessa perspectiva que podem ser entendidas as metáforas da "viagem", "entre-lugar", "tradução" ou expressões como "identidades híbridas" (Canclini, 1997) ou "celebrações móveis" (Hall, 1997), que procuram dar conta da mobilidade da noção de identidade.

O reconhecimento da historicidade é outra característica presente na concepção construcionista que merece ser considerada. Trata-se de enfatizar a necessidade de contextualizar historicamente os discursos ou narrativas identitárias. Por um lado, desnaturalizar os conceitos que atribuem sentidos a essas narrativas, por outro, vinculá-las às condições sociais e materiais dos sujeitos/autores das mesmas. Esta característica, quando articulada com as demais, permite perceber o processo de identificação ou, como prefere Santos (2000), as "identificações em curso", sempre aberto às temporalidades, às exigências do presente vivido que orientam a dialética do passado e do futuro.

Um último aspecto que gostaria de ressaltar diz respeito à noção de pluralidade contida nessa concepção de identidade. Mais próximo da noção de multiplicidade do que de diversidade, a pluralidade, assim entendida, permite tanto desconstruir a idéia de homogeneidade e uniformidade como incorporar a idéia de movimento. Na perspectiva construcionista, as identidades não são unificadas, podendo haver contradições no seu interior que demandam ser permanentemente negociadas.

A multiplicidade é uma máquina de produzir diferença — diferenças que são irreduzíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende, multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado — da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico, A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico. (Silva, 200, p.101)

As considerações feitas são suficientes para perceber a importância dessas contribuições para a reconceitualização do conceito de identidade no campo educacional. No entanto, as posições, quando radicalizadas, podem imobilizar, ao invés de propulsionar as mudanças buscadas. A radicalização de ambas as perspectivas — essencialista e construcionista — significa cair, mais uma vez, na armadilha das velhas dicotomias objetividade x subjetividade, verdade x sentido, fragmentação x totalidade. Entre um movimento fixador e um movimento desestabilizador e subversivo de identidades, o desafio consiste na articulação dos dois, para buscar soluções para questões cruciais como as seguintes, colocadas por Mohanty:

(..) Como é possível recuperar aquilo que temos em comum, não o mito humanista dos atributos humanos que partilhariamos e que supostamente nos distinguiria dos animais, mas, de forma mais importante, a interseção de nossos vários passados e nossos vários presentes, as inevitáveis relações entre significados contestados, entre valores e recursos materiais? É preciso afirmar nossas densas peculiaridades, nossas diferenças vividas e imaginadas. Mas podemos nos permitir deixar de examinar a questão de como nossas diferenças estão entrelaçadas e, na verdade, hierarquicamente organizadas? Podemos nós, em outras palavras, **realmente nos permitir ter histórias inteiramente diferentes**, podemos nos conceber como vivendo — e tendo vivido — em espaços inteiramente heterogêneos e separados? (Mohanty, apud Woodward, 2000, p.27) (grifo meu)

Argumento, pois, a favor da pertinência de repensar o conceito de identidade nacional à luz das contribuições das teorias curriculares pós-críticas, à condição que esta re-significação não seja feita em detrimento de algumas conquistas da teoria crítica, em particular as relacionadas com a aposta no sujeito coletivo e na sua ação emancipatória.

Tal postura teórica e política nos leva não apenas a mudar o eixo dos questionamentos sobre a temática da brasilidade, como também apostar que ela seja uma marca identitária ainda pertinente para ser negociada no nosso presente. Desta forma, ao invés de indagarmos sobre quem somos, como somos ou de onde

viemos, devemos, num primeiro momento, nos colocar as seguintes questões: Como nos representamos brasileiros? Como somos representados? Ou: como poderíamos nos representar? Em seguida, trata-se de reconhecer que a reflexão sobre a problemática da identidade nacional no âmbito do saber de História, à despeito das diferentes significações possíveis, implica em reelaborar as articulações entre passado, presente e futuro, isto é, entre memórias, identidades e projetos de dimensão nacional, que permita englobar diferenças e singularidades em um discurso identitário mais abrangente.

Antes de enfrentar, porém, estes desafios e procurar pistas alternativas e/ou categorias de análise que permitam pensar a brasilidade tanto em termos epistemológicos como políticos, torna-se necessário uma aproximação, ainda que breve, com o campo da História.

5.2. História, Memória e Identidade

A discussão sobre essas questões no campo educacional deixa transparecer o papel crucial desempenhado pela História na construção das identidades. Seu saber serve como fonte de legitimidade para a afirmação tanto das identidades nacionais como de outras identidades culturais.

A afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação. Muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão. (Woodward, 2000, p.25)

Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é mudança, fluidez e crescente incerteza. (id.)

Todavia, percebe-se, igualmente, que esse diálogo com a História — articulado à problemática das identidades — oscila entre a crítica a uma concepção positivista, reforçadora de essencialismos culturais, e a defesa de uma concepção subjetivista radical, presente em algumas das vertentes da História cultural, em especial as informadas pelo paradigma narrativista. Entre uma História preocupada em fincar as "raízes" de uma nação e uma outra que dá asas à imaginação para pensá-la, não existiriam outras formas possíveis de se relacionar

com o passado? Outras possibilidades de pensar o papel da História na problemática das identidades?

Uma maior aproximação com a discussão epistemológica própria do campo da História permitiria responder afirmativamente a essas questões. Com efeito, a relação estreita e recíproca entre História e Identidade e, em particular, a identidade nacional, já vem sendo questionada — bem antes, aliás, do uso inflacionado do termo identidade — nos debates entre os representantes da área. Ainda que estes questionamentos não incidam no conceito de identidade propriamente dito, contribuem para repensar novas formas de articulação, abrindo caminhos para superar certos impasses.

Um maior estreitamento do diálogo entre os campos da Educação e da História tem a vantagem de favorecer a ampliação da discussão sobre essa temática para além da adequação ou inadequação cultural dessa marca identitária, de forma a incluir a questão de sua validade pedagógica e viabilidade política no mundo contemporâneo. Não se trata apenas da necessidade de re-significação dos conceitos de história e de identidade, mas também, e sobretudo, da pertinência (ou não) de se manter a articulação entre os mesmos.

Pelo menos, três grandes frentes de discussão no campo da História contribuem, mais ou menos diretamente, para pensar a temática da identidade nacional a partir do enfoque privilegiado nesta pesquisa.

5.2.1. No terreno das concepções historiográficas

A primeira frente diz respeito às reflexões sobre a própria concepção de História. Basta acompanhar os debates epistemológicos próprios deste campo, desde a primeira metade do século XIX, para se dar conta de que, de um lado, a concepção positivista de História, contra a qual se insurge grande parte dos críticos pós-modernos no campo da Educação, há muito, foi questionada e superada pelas principais correntes historiográficas presentes nos debates contemporâneos. De outro lado, a incorporação das perspectivas pós-modernas no campo da História, permitindo a radicalização da subjetividade e o reconhecimento da centralidade do discurso, está longe de ser consensual e de não provocar resistências. Não cabe, nos limites do presente estudo, aprofundar-me

nesses debates. Para os propósitos traçados, considero que eles já foram suficientemente abordados, no capítulo anterior.

5.2.2. Nação e nacionalismos em debate

Uma outra frente de discussão reúne as pesquisas dos historiadores que centram o olhar em torno da natureza e da construção da nação e/ou dos nacionalismos. De maneira geral, tais pesquisas contribuem para pensar tanto a natureza da marca identitária aqui privilegiada como a forma espontânea e/ou imposta de estabelecer laços de lealdades para com a mesma.

Uma primeira observação, de ordem geral e que implica diretamente na abordagem privilegiada neste estudo, diz respeito a uma característica comum — apontada por Smith (2000) — às pesquisas históricas sobre essa temática. Apesar de ser possível perceber diferentes tendências, todas têm em comum a necessidade e a preocupação de equacionar as questões mais prementes dos presentes históricos nos quais suas análises são elaboradas. Isto explica o fato de os historiadores se encontrarem tanto entre os principais criadores de nação e devotos do nacionalismo como entre os seus mais ferrenhos críticos.

Se "os primeiros historiadores da idéia nacional tenderam a ver a nação como um baluarte da liberdade individual" (Smith, 2000, p.188), esta formulação não pode ser tomada como absoluta, tampouco definitiva, passível de ser generalizada como traço imutável do pensamento histórico. Da mesma forma, a pertinência de elaborações teóricas que consideram a nação como fruto da imaginação do sujeito moderno não podem ser tomadas de maneira absoluta e vistas como a solução para todos os problemas.

O fato de a nação ser considerada a mais antiga e estável das "tradições inventadas" (Hobsbawn & Ranger 1984) deixa sempre em aberto, no meio historiográfico, a possibilidade de questionar e problematizar esta natureza imaginada. Ainda que a assunção da filiação da nação ao projeto da modernidade seja uma posição hegemônica no campo, a discussão em torno da permanência e da ruptura desta marca identitária, em relação a outras lealdades comunais que a precederam, está longe de atingir consenso entre os historiadores.

Torna-se, assim, necessário problematizar o próprio termo "invenção", para poder dar conta dessa "tradição inventada duradoura" (Hobsbawn, apud, Smith, 2000,p.202). Como se questiona Smith (id., p.202), "Por que essa "invenção", com tanta freqüência e em contextos culturais e sociais tão diferentes, parece tocar um nervo tão sensível, e por tanto tempo? É difícil não reconhecer que: (...) há mais coisas na formação das nações do que uma fabricação nacionalista. A invenção deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes" (id.)

As análises sobre a motivação que explica a criação e manutenção desse sentimento de pertencimento vão de par com as reflexões a respeito da própria natureza da nação. Sobre este aspecto, os historiadores têm igualmente trazido importantes contribuições. Toda discussão em torno do nacionalismo como ideologia do Estado liberal moderno contribui para a desconstrução das concepções espontâneas dessa marca de lealdade. O ceticismo em relação ao nacionalismo (id., 200, p.), que predomina nas análises sobre essa questão, explica-se em parte pela permanência da influência incisiva da discussão desta temática pelo viés da crítica ideológica. Entretanto, pesquisas históricas mais recentes (Hobsbawn, 1984, 1998, Anderson, 1989, Smith, 2000, Balakrishnan, 2000, Chatterjee, 2000, Verdery, 2000) têm possibilitado pensar o sentimento nacional para além das questões ideológicas.

Um dos caminhos apontados nesses estudos consiste em reorientar o foco da ideologia para a noção de "consciência nacional", pela qual a questão da identidade pode ser percebida não apenas como imposição dos ideólogos nacionalistas. Esta reorientação do olhar inicia-se com as críticas às limitações teóricas das tipologias eurocêntricas de nação e nacionalismo, incapazes de dar conta da presença e das modalidades do nacionalismo em outros espaços e tempos distintos da Europa do século XIX. Como afirma Smith (2000, p.195), as tipologias mais recentes deslocam o "objeto de interesse do nacionalismo como ideologia para os processos que estimulam a formação da consciência nacional, processos como geografia, o Estado, a religião e a língua."

Além dessa necessidade de contextualização histórica dos nacionalismos, que exige mais complexidade no enfoque, extrapolando a discussão política-ideológica, algumas linhas de pesquisa, que operam com a noção construcionista ou subjetivista de nação, têm permitido pensar a formação das nações a partir da

incorporação de outros fatores — sociológicos, antropológicos, psicológicos, psicanalíticos, lingüísticos — como causas possíveis da origem e do apelo do nacionalismo. Nessa perspectiva, o olhar se centra na reflexão sobre a emergência do sentimento do "eu" como nacional.

Nessa linha, destaca-se o estudo de Benedict Anderson — *Imagined Communities*¹⁶⁵ —, realizado no início da década de 80 e que se tornou referência obrigatória entre os estudiosos dessa temática que tendem a enfatizar a dimensão subjetivista da nação. A tese central deste autor consiste em desvincular a explicação do sentimento nacional da questão da ideologia, atribuindo-lhe características — como, por exemplo, a da experiência convocatória — que contribuem para que a compreensão da nação e do nacionalismo esteja mais próxima da comunhão religiosa do que de uma doutrina política.

Anderson atribui um papel central à língua no processo inventivo, considerando-a como elemento principal de consolidação dos laços nacionais. O conceito de "capitalismo editorial (*print-capitalism*), elaborado pelo autor, permite sustentar sua argumentação central. Segundo Anderson, as nações só puderam ser criadas na imaginação e assumiram essa dimensão sagrada, na medida em que o desenvolvimento capitalista criou as condições concretas para tal, isto é, uma tecnologia de comunicações, a começar pela imprensa: "Junto com as possibilidades de viagem e as peregrinações administrativas das elites coloniais, a ascensão da literatura impressa e da imprensa permitiu "narrar" a nação e "construí-la" imaginariamente" (Smith, 2000, p.200). Esta posição teórica propicia que as comunidades nacionais possam ser distinguidas não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo como são imaginadas. (Balakrishnan, 200, p.215).

Como sublinha Balakrishnan, para Anderson, a nova ordem de acumulação capitalista acarreta dois movimentos paradoxais. De um lado, coerente com seu conceito de nação, este autor reconhece que o processo de globalização econômica “não elimina o desejo de identidades estáveis, claras e autênticas”. De outro, o depauperamento das condições objetivas da vida cotidiana frustra a

165 Esta obra foi traduzida para o português, com o título *Nação e Consciência Nacional*, publicada pela editora Ática, em 1989. Importa observar que ela aparece frequentemente citada pelos teóricos educacionais pós-críticos. A noção de "comunidade imaginada" serve de contraponto para a concepção de nação objetivista, articulada com a idéia de passados verdadeiros pautados em bases empíricas. Interessante observar ainda que esta obra consta na bibliografia dos PCNs de História.

necessidade de viver em comunidades que passam a ser imaginadas "no mau sentido" (id., p.222): “Não mais se baseando em nenhuma experiência substancial de um destino político comum, o anseio de identidade nacional torna-se uma preferência por uma etnia pseudo-arcaica, impulsionando em formas feitas de encomenda pela indústria da herança.” (id.).

A leitura de Balakrishnan (2000) sobre a obra de Anderson serve para ilustrar — quando comparada à forma como este autor vem sendo apropriado por algumas correntes pós-críticas — a possibilidade de leituras diferenciadas, cujo sentido não pode ser desvinculado do mundo do leitor. Para Balakrishnan, a expressão "comunidade imaginada" foi a solução encontrada por Anderson para a tensão entre duas imagens conflitantes da nação. Através desta expressão, Anderson estaria afirmando que "a sociedade é, necessariamente, uma estrutura social e um artifício de imaginação, e nem mesmo a chegada do capitalismo extingue essa equação” (Balakrishnan 200, p.216). Percebe-se que esta sua leitura distancia-se de interpretações mais radicais do mesmo autor, que tendem a explorar o adjetivo “imaginada” para reforçar a dimensão subjetiva.

Importa reconhecer que a ênfase na imaginação, entendida como desvinculação de qualquer senso da realidade social, compromisso civil e possibilidade de ação coletiva transformadora, não é uma característica intrínseca da nação, mas sim da possibilidade do momento histórico em que ela está sendo imaginada. Com efeito, como afirma Balakrishnan:

O livro de Anderson é um lembrete de que, na melhor das hipóteses, a nacionalidade imaginada, em toda a sua crueza, foi o bilhete de ingresso dos desvalidos da Terra na história mundial. Isso, porque o Estado nacional foi o lugar em que se definiram os trunfos das grandes lutas de classes do século XX." (id., p.223)

A observação é relevante, na medida em que permite introduzir nos debates a questão da autoria da imaginação dessas comunidades, como sugere o título do artigo de Chatterjee¹⁶⁶ (2000): *Comunidade imaginada por quem?*. Desta forma, o

166 É justamente sobre esse aspecto que Chatterjee se opõe às reflexões desenvolvidas por Anderson. Para este autor, Anderson não consegue se desvincular da concepção eurocêntrica de nação, estreitamente vinculada à dimensão política, não explorando assim, a potencialidade teórica contida na expressão "comunidade imaginada". Como questiona esse autor: "Se os nacionalismos do resto do mundo têm que escolher suas comunidades imaginadas entre certas formas "modulares", já colocadas a seu dispor pela Europa e pelas Américas, que lhes resta imaginar?" (Chatterjee, 200, p.229)

adjetivo "imaginada", ao invés de ser enfatizado com o intuito de fazer desacreditar na própria existência da comunidade nacional (ou de outro tipo) — o que reforça as teses subjetivistas mais radicais — pode assumir a conotação de "possibilidade permanente de recriação e de invenção" — bem mais fecunda, no meu entender, tanto do ponto de vista político como epistemológico. Como chama a atenção Chatterjee (2000), ao analisar os nacionalismos pós-coloniais, o fato de as comunidades imaginadas pelos europeus modernos terem assumido formas nacionais específicas não autoriza afirmar que todas as comunidades nacionais foram, são ou devam ser da mesma forma. Ao contrário, isto equivaleria a admitir que a própria imaginação possa permanecer colonizada. "Se a nação é uma comunidade imaginada, então é nesse ponto que ela nasce. Nesse que é seu campo verdadeiro e essencial, a nação é soberana, mesmo quando o Estado está nas mãos do poder colonial." (Chatterjee, 2000, p.231)

Outro caminho que vem sendo traçado pelos historiadores, nessa mesma linha construcionista, e que contribui para pensar as questões desta pesquisa, encontra-se nas análises que diferenciam nacionalismo de nacionalidade, ou melhor, de "nacionidade". "O primeiro refere-se aos sentimentos conscientes que tomam a nação como um objeto de devoção ativa, e o segundo, às interações e práticas cotidianas que produzem um sentimento intrínseco e freqüentemente não articulado de pertencer, de estar em casa" (Borneman, apud, Verdery, 2000, p.242).

O neologismo nacionidade apresenta um potencial teórico que merece ser destacado. Em primeiro lugar, oferece subsídios para pensar a pertinência desse tipo de lealdade coletiva. Como afirma Verdery (2000, p.246):

Isso sugere que, embora a idéia de nação com que estamos familiarizados possa realmente ter deixado para trás seu apogeu, nascer em algo, como uma condição natural, continuará a ser fundamental para a experiência humana e para a pesquisa, ainda que de novas maneiras.

Além disso, esse tipo de abordagem dá conta, no meu entender, tanto das pressões externas estruturais na formação do sentimento nacional quanto da forma como essas estruturas são reelaboradas internamente pelos atores sociais, permitindo orientar também o olhar "para as técnicas mediante as quais se criam, em silêncio, disposições receptivas naqueles para quem elas apelam" (Verdery,

2000, p. 243,). O reconhecimento dessas práticas invisíveis, formadoras de laços de lealdade, parece-me um aspecto fértil a ser explorado, quando se trata da discussão da brasilidade no âmbito da produção, transposição e ensino do saber em História. Hobsbawn (1998, p.20) deixa transparecer uma preocupação semelhante, quando chama a atenção para a necessidade de estudar a temática da nação e dos nacionalismos, tendo como ponto de partida “a visão dos de baixo”, que oferecem o contraponto indispensável para as explicações e elaborações teóricas dos ativistas dos movimentos nacionalistas ou dos porta-vozes dos governos.

Os estudos históricos das últimas duas décadas sobre nação e nacionalismos contribuem para repensar a problemática das identidades no campo educacional, na medida em que permitem matizar algumas das posições mais radicais, correntes nesse campo. Em primeiro lugar, no que se refere à associação entre crítica ao essencialismo e posição teórica pós-moderna presente no campo educacional. A reflexão crítica em relação ao essencialismo, que subjaz ao conceito de nação, está presente nos estudos historiográficos, entre autores que não comungam necessariamente dessa perspectiva teórica. A tensão entre uma concepção mais subjetivista/construcionista¹⁶⁷ e mais objetivista/essencialista do termo nação tem alimentado debates acirrados no campo da História, desde o século XIX

Por outro lado, as exigências de contextualização espaço-temporal do termo nação, quando nos situamos no campo da História, já limita, de início, os excessos de subjetividade possíveis. Como afirma Hobsbawn (1998, p.19), "As nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências". Esta postura, ao invés de negar a parte de fabricação ou de invenção contida no conceito, permite considerar que o próprio exercício de imaginação se dá nos limites dos campos possíveis do presente vivido pelos sujeitos que imaginam.

É, portanto, a partir da dialética entre objetividade e subjetividade, realidade e interpretação, que deve ser compreendida a relação estabelecida entre passado,

167 Entre os representantes desta concepção no século XIX, destaca-se Renan, que, na sua conferência proferida em 1882 na Sorbonne, define a nação como sendo "um plebiscito de todos os dias", sublinhando, assim, o critério voluntarista e subjetivo que subjaz, e esse conceito em oposição aos critérios considerados "mais objetivos", como língua, religião, passado comum, etnicidade, etc. Cf Renan Ernest, *Qu'est-ce qu, une nation? et autres essais politiques*, Presses Pocket, 1992.

presente e futuro na busca de legitimação para as comunidades imaginadas. A presença de teses (Smith, 2000) que insistem em um grau de continuidade entre as lealdades culturais pré-modernas e modernas contribui para combater uma visão inocente da objetividade e, ao mesmo tempo, recoloca em outras bases a importância do passado, das permanências na constituição das identidades.

Mesmo que os elementos da etnia sejam construídos e reconstruídos, e, às vezes, francamente inventados, o fato de essas atividades terem funcionado por séculos (ou até milênios) e de diversas *ethnies*, embora alterando seu caráter cultural, haverem, não obstante, persistido como comunidades identificáveis por longos períodos sugere que é um risco ignorarmos a presença e a influência exercida por tais comunidades na formação das nações modernas. (Smith, 2000, p.204)

A possibilidade de pensar a nação como um símbolo portador, em potencial, de uma força capaz de aglutinar em torno de si projetos e lutas políticas comuns consiste em outro aspecto que merece ser sublinhado. Esta constatação implica reconhecer que o sentido do termo nação depende do momento histórico em que ele é pensado, bem como o fato de estar aberto a sentidos plurais disputados "pelos diferentes grupos que manobram para se apoderar da definição do símbolo e de seus efeitos legitimadores" (Verdery, 2000, p.241). De acordo com esta perspectiva, ao invés de tratarmos o nacionalismo ou a nacionalidade em si, como agentes sociais, e perguntarmos se eles são bons ou ruins, importa indagar: "Qual é o contexto global, societário, institucional em que os diferentes grupos competem pelo controle desse símbolo de seus sentidos? (...) Qual é o contexto em que funciona uma ou outra definição ou simbolização da nação?" (id., p.241)

O breve e incompleto mapeamento feito dos debates recentes no campo da História, em torno da marca identitária privilegiada neste estudo, é suficiente para reconhecer a pertinência da proposta de orientação metodológica de Santos (2000, p.43), quando se trata de repensar as construções da cultura e da identidade nacional: 1) não deve ser apreendida como sendo auto-contida e, portanto, seus limites não coincidem com os limites do Estado nacional; 2) nem auto-contida, nem indiscriminadamente aberta, logo, tornando passível sua percepção através de "suas aberturas específicas, prolongamentos, interpenetrações, inter-viagens próprias, que afinal são o que de mais próprio há nela" e, por fim 3) a cultura nacional não deve ser apreendida na perspectiva essencialista, ela é uma auto-

criação, "uma negociação de sentidos que ocorre tanto no seu plano interno como no sistema mundial."

5.2.3. Memória e história em questão

Uma terceira e última frente de discussão, e que incide mais diretamente na problemática das identidades em geral, engloba as pesquisas que se preocupam em repensar a(s) forma(s) de a História estabelecer uma relação com o outro-passado, em particular através da reflexão e problematização do conceito de memória. A importância deste conceito para pensar a temática das identidades no contexto do ensino de história pode ser percebida na citação abaixo:

Os impasses da identidade são impasses de transmissão de memória e de inconsciente onde se representa a origem. Faz-se o impasse sobre a nova identidade a ser assumida quando a antiga não se deixa apreender. **Precisamos de uma origem para poder perdê-la**, para poder deixá-la, para ir embora, crescer, ultrapassar o 'entre-lugar' entre raízes e raízes projetadas.^{lxv} (Dalongeville, 2001, p.71.) (grifo meu)

A entrada no debate sobre a identidade pelo viés da memória implica o enfrentamento mais direto com algumas das posições do próprio campo da História, decorrentes da incorporação e reelaboração das críticas pós-modernas. Um dos maiores desafios, para quem pretende pensar a questão da identidade nacional hoje, é, num primeiro momento, posicionar-se frente à crise identitária que se confunde com a própria crise da História, isto é, com aquilo que Jameson (1997, p.68) denomina de "enfraquecimento da historicidade".

Este enfraquecimento refletiria o afrouxamento da tensão necessária entre campos de experiência e horizontes de expectativa. A aceleração do ritmo das transformações tende a esgarçar os fios das tramas que se tecem entre passado e futuro, situando-nos em um presente que se apresenta como um mero simulacro, no qual memórias e projetos, tradição e utopia perdem o sentido.

Assiste-se, hoje a um intenso movimento de presentificação em detrimento tanto do passado como do futuro. A idéia de compressão espaço-temporal ou de novas cartografias (Hall, 1997, p.74) não deixam de ser sintomas dessas crise. De um lado, as mudanças incessantes, e cada vez mais aceleradas, passam a ameaçar qualquer possibilidade de continuidade entre passado e presente. De outro, elas

obscrecem igualmente o horizonte de espera. O fim da crença no progresso e da credibilidade das grandes narrativas, que caracterizam a passagem do século, faz com que o presente não desempenhe mais o papel de mediador entre passado e futuro: a certeza trazida pela idéia de um futuro de sentido pré-determinado é substituída pela incerteza e a insegurança frente à imprecisão e ao descrédito da possibilidade de qualquer forma de utopia.

Entre os traços da nova subjetividade, com efeito, está a perda de qualquer senso ativo de história, seja como esperança, seja como memória. O carregado senso do passado que caracterizava o modernismo já não existe - seja como transpiração de tradições repressivas ou reservatório de sonhos frustrados - e desapareceu a intensa expectativa do futuro - como possível cataclisma ou transfiguração - que caracterizava o modernismo. (Anderson, 1998, p.67-8)

Não é por acaso a irrupção, a partir do final da década de 70, nas sociedades industrializadas, de um verdadeiro "culto da memória", traduzindo justamente uma necessidade de enraizamento¹⁶⁸. "É nos momentos de ruptura da continuidade histórica que as alterações mais se voltam para a memória e a duração". (Duvignaud, apud D'Aléssio, 1992)

Um dos sintomas desse tipo de manifestação pode ser percebido pela crescente necessidade de tudo reciclar em objeto memorial¹⁶⁹. O apego aos traços, aos vestígios à história, à memória, enfim, ao passado manifestado de forma contundente em algumas dessas sociedades explicar-se-ia, assim, pela necessidade de se contrapor a esta crise. "Aceleração da história (...) Fala-se tanto de memória somente porque ela não existe mais". (Nora, 1984)

168 Cumpre observar, no entanto, que esta mesma historicidade que autoriza ampliar os debates no terreno da política exige os cuidados necessários para não perdermos de vista as peculiaridades dos processos históricos das diferentes sociedades. No caso específico desta pesquisa, esta observação implica ter cuidado para não confundir problemáticas históricas distintas. Torna-se, assim, fundamental articular dialeticamente global e local, e perceber, no caso específico da sociedade brasileira, como se manifesta a busca de enraizamento. Em que medida a especificidade de nosso processo histórico intervém na absorção desta crise identitária de dimensões globais? Quando e por que ocorre a ruptura que permite a emergência da tensão entre memória e história, implicando muitas vezes na (re)escrita de tantas histórias nacionais?

169 No campo político, esta preocupação pode ser identificada com a implementação, em diversos Estados industrializados, de uma política pública da memória que pode ser percebida, por exemplo, pela extensão da noção "patrimônio" ou pelas novas direções assumidas pelas políticas públicas de comemoração (no sentido de "rememorar juntos"), visando a reunir a comunidade nacional. Esta gestão pública do passado estaria, senão de forma exclusiva, fortemente guiada por esta vontade de superar o sentimento de desenraizamento, de perda, marca da nossa contemporaneidade. No campo social e cultural, a busca por novas formas de se relacionar com o passado pode ser sentida pela presença do discurso histórico na cultura de massa, passando a constituir um elemento importante no processo de formação da opinião pública e ocupando um novo lugar no imaginário social.

Esta vontade de conservar, de preservar de "colocar no museu" o passado, concomitantemente à valorização atual da memória, parece mais uma forma de resistência ao sentimento vivido da alteridade do tempo, uma resposta à incerteza atual do presente e do futuro do que a vontade de estabelecer um laço dinâmico entre passado presente e futuro.^{lxvi} (Rouso, 1998, p.80)

A proliferação e dilatação do campo memorial acarretam uma multiplicação de narrativas concorrenciais sobre o passado que tendem a nivelar os diferentes discursos sobre o mesmo, atribuindo-lhes, aparentemente, uma mesma legitimidade. A indefinição ou confusão dos termos memória e história não consegue, no entanto, escamotear a valorização da primeira em detrimento da segunda no uso do senso comum. A relação entre história e memória assume, pouco a pouco, a forma de um conflito entre pólos dicotômicos, no qual um se afirma pela negação do outro. O dever de memória passa a ser a voga nesta passagem de milênio, visando a valorizar, em nome da ação cidadã, toda iniciativa contra um poder ou saber estabelecido, como por exemplo, a história nacional oficial.

A emergência do conceito de memória, como objeto de reflexão da pesquisa histórica, a partir da década de 80¹⁷⁰, pode ser apreendida como uma reação, no campo da pesquisa acadêmica, à vulgarização do discurso sobre o passado, na tentativa de manter a sua própria legitimidade. Entre as diferentes linhas de pesquisa que se debruçam sobre esta questão, destacam-se aquelas que têm em comum o reconhecimento da necessidade de repensar a relação estabelecida pela sua disciplina com o passado a ser investigado e também de operar com a diferenciação clara dos conceitos de memória e história, sem que essa diferenciação seja, necessariamente, sinônimo de oposição excludente. A necessidade da distinção conceitual passa ser vista por estes historiadores como uma exigência de rigor teórico indispensável para a superação da própria dicotomia acima mencionada. Nesse novo campo de investigação, a obra de Pierre Nora, *Lugares de Memória*, tornou-se referência obrigatória

170 Interessante observar, como o faz Rouso (1999), que, até o final da década de 70, o termo memória não constava em nenhum currículo ou livro universitário (pelo menos no que se refere à historiografia francesa).

Sensível ao processo de desmoronamento dos pilares centrais da memória¹⁷¹, sintoma dos tempos pós-modernos, e às implicações decorrentes para trajetória histórica de construção da própria relação entre história e memória, Nora se preocupa em re-significar esta relação sob novas bases. Para este autor, o processo de distanciamento entre memória e história se fez de forma gradativa, tendo se iniciado com o advento da modernidade. A desagregação da vida comunitária permite a emergência do sujeito individual, que passa a reconhecer como seu um poder e mesmo um dever de mudanças. A aceleração do ritmo das mudanças só fez acirrar este processo de distanciamento, fazendo-o chegar ao ponto convulsivo que marca esta passagem de século.

Em termos de identidade nacional, o processo de distanciamento passa por fases distintas. Na fase inicial, a dimensão sagrada, inerente ao conceito de memória espontânea, perpetua-se, de certa forma, através da História Nacional: "É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado" (Nora, 1993, p.11). Em seguida, assiste-se a "um novo impulso dessacralizante" (Nora, 1993, p.12), que corresponderia ao período que se inicia por volta dos anos 30 do século XX, com o surgimento da Escola dos *Annales* e culmina nos anos 80. Esta segunda fase caracterizar-se-ia pela "substituição progressiva da dupla Estado-Nação pela dupla Estado-Sociedade" (Nora, 1993, p.12). A nação deixa de ser o quadro unitário que encerraria a consciência da coletividade, libertando-se, assim, de sua identificação nacional. Memória, História e Nação assumem uma autonomia em relação ao período precedente. O objeto de investigação privilegiado pelos historiadores deixa de ser o passado glorioso da nação e centra-se sobre a sociedade ela mesma, abrindo espaço para a emergência de outras memórias particulares e coletivas. É como se ocorresse uma verdadeira implosão da história nacional, da história-memória dando origem a uma pluralidade de memórias particulares que reclamam sua própria história. Esse afrouxamento da história-memória representa também a transformação de uma modalidade da relação com o passado, baseada em uma

171 Este autor utiliza expressões como "o fim das sociedades-memórias", referindo-se às instituições responsáveis pela conservação e transmissão de valores na sociedade, como a igreja, a família, a escola e o Estado, e "o fim das ideologias-memórias", isto é, daquelas capazes de assegurar a passagem regular do passado para o futuro ou indicar o que se deveria reter do passado para preparar o futuro. Estas constatações vão na mesma direção dos fenômenos, identificados anteriormente, como integrantes da crise da modernidade: a presentificação acentuada criando a ameaça da perda da identidade e justificando a proliferação e dilatação do campo do memorável.

continuidade retrospectiva através da noção de progresso ou de decadência, em uma relação na qual a descontinuidade histórica passa a ser privilegiada.

Como chama a atenção Nora, são a descontinuidade e a distância alcançadas entre história e memória, nos anos 80, que vão exigir uma reaproximação. Se, por um lado, este movimento de distanciamento acarretou a percepção do passado como radicalmente outro, um mundo do qual estamos desligados para sempre, por outro, ele não eliminou a necessidade de dialogar com este mundo. A febre de memória, que caracterizou o mundo neste final de século, é um sintoma da permanência desta necessidade.

Os lugares de memória cumpriram justamente esta função mediadora entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. Eles nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, defendem algo ameaçado e pertencem a dois domínios: o da memória verdadeira e o da memória alcançada pela história. Nesta perspectiva, os lugares de memória são: "restos", "rituais de uma sociedade sem rituais", "sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza", "sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a conhecer indivíduos", momentos da história que lhe são arrancados da história mas que lhe são devolvidos", "um vai e vem entre memória e história", "um jogo de memória e história" (Nora, 1993). Percebe-se claramente por estas definições que este conceito tem um duplo pertencimento, designa lugares híbridos, mistos e mutantes, que encerram, em sua própria significação, tanto a afirmação das contradições entre memória e história como a possibilidade de sua superação.

Esses lugares de memória devem ser, de forma concomitante, materiais, simbólicos e funcionais. Estas três dimensões coexistem sempre, mesmo que a ênfase ou sua maior visibilidade esteja posta em apenas uma delas. Eles refletem tanto uma "vontade de memória" (instala a lembrança do sagrado, imóveis, eternos, coletivos, vividos internamente, etc) como sofrem a intervenção da história, mudam com o tempo, são construções intelectuais, mediadores individuais, representação do passado, necessitam de suportes externos, possuem dimensão crítica, etc.

As contribuições das novas linhas de pesquisa dessa terceira frente de discussão no campo da História são fundamentais para se repensar a relação entre história e identidade, na perspectiva da continuidade entre passado e presente sob novas bases. É justamente neste duplo pertencimento que se encontra o potencial

heurístico do conceito de "lugar de memória" (Nora, 1993), permitindo estabelecer pontes com as reflexões sobre o conceito de "identidade narrativa" (Ricoeur), como desenvolverei a seguir.

5.3.

Identidade narrativa: entre tradição e tradução

Pelo que foi desenvolvido nas duas seções anteriores, fica claro que a temática da identidade nacional, escolhida como categoria de análise para apreender o saber histórico nesta pesquisa, mobiliza a reflexão em terrenos movediços, tanto no campo da Educação como no campo da História. Importa, pois, pensar os conceitos de identidade (nacional) e história (nacional) de forma a incorporar os avanços teóricos de ambos os campos, bem como as pressões políticas e culturais do presente que nos é contemporâneo.

O conceito de "identidade narrativa" (Ricoeur, 1997, p.421), reunindo em uma só expressão duas das problemáticas centrais discutidas na atualidade nesses dois campos, responde, no meu entender, a essas exigências, não apenas no plano semântico. Ele consegue contemplar, tanto no plano ontológico como epistemológico, os alcances e os limites de ambas as perspectivas teóricas aqui privilegiadas.

Este conceito apresenta algumas potencialidades que justificam sua escolha para pensar a história nacional como um dos lugares centrais onde são construídas as identidades narrativas pelas quais nos tornamos brasileiros/as. Meus argumentos a favor de operar com esse conceito podem ser sintetizados nos seguintes aspectos: ele reconhece o papel da dimensão narrativa em história, incorpora a fertilidade teórica da noção de "lugar de memória", opera com as concepções de identidade não-essencialistas e, por fim, articula as questões de identidade com as dimensões política e ética

A primeira potencialidade já foi discutida no capítulo anterior. Por sua vez, a proximidade entre o conceito de lugar de memória e o conceito de identidade narrativa não é difícil de demonstrar. Ambos se preocupam com a problemática da continuidade e da ruptura entre passado e presente. O tempo narrado, pelo qual se constrói a identidade, exerce a função de mediação entre passado e futuro, tradição e projeto. Conceitos, como o de representância, para nomear a relação

que a história estabelece com o passado, estão muito próximos da discussão desenvolvida por Nora. Como afirma Dosse (1999a, p.38), "Ricoeur abre a perspectiva historiográfica atual, na qual o empreendimento de Pierre Nora se insere como monumento de nossa época". Toda a discussão sobre os conectores elaborados pelo tempo histórico, em especial os traços ou vestígios, articulada às reflexões sobre a pertinência e potencialidade da categoria do análogo (como se) na apreensão do passado, permite um novo olhar sobre o papel da tradição na construção de identidades.

Na perspectiva da identidade narrativa, a tradição está longe de significar a tentativa de recuperar a "pureza" do passado ou um retorno às raízes ou, ainda, a necessidade de redescobrir unidades e certezas que são sentidas como perdidas. Ao reconhecer a importância do passado na construção da identidade, isto é, a nossa condição de ser-afetado pelo passado, Ricoeur (1997, p.372) pensa um passado que não é nem estático, único, homogêneo, nem totalmente imaginado. Os lugares de memória de Nora estão plenamente no registro da analogia, quanto à relação passado e presente, apresentando as características ambíguas, híbridas e teoricamente férteis dos conectores temporais de Ricoeur.

As duas outras potencialidades deste conceito podem ser apreendidos na própria forma de Ricoeur (id., p.424) entender a noção de identidade. Para este autor, o termo é uma categoria da prática. Assim:

(...) dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à questão: Quem fez tal ação? Quem é seu agente, o seu autor? (...).A história narrada diz o quem da ação. A identidade do quem é apenas portanto, uma identidade narrativa. (id., p.424).

Em termos de história nacional ou da narrativa da nação, isto significa que não se trata mais de apenas se perguntar o que esta história nos conta, mas também quem conta essa história. No caso específico da identidade nacional, as questões podem ser colocadas da seguinte forma: Quem conta a história da nação? Quem nacionaliza quem? Abre-se dessa forma a possibilidade de pensar esta ação como transitiva ou reflexiva (nacionalizar-se). Nessa perspectiva, a identidade não precisa mais ser vista de forma dicotômica entre a idéia de "um mesmo" (*idem*) e de um "si mesmo" (*ipse*). A primeira se aproxima das perspectivas essencialistas,

enquanto a segunda nos remete ao processo de individuação, aberto à mudanças e as temporalidades. Para Ricoeur, é a narração que permite sair deste dilema:

A ipseidade pode escapar ao dilema do Mesmo e do Outro, na medida em que sua identidade se baseia numa estrutura temporal, conforme ao modelo de identidade dinâmica oriunda da composição poética de um texto narrativo. O si mesmo pode assim ser dito refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Ao contrário da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa constitutiva de ipseidade pode incluir mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. (id., p.425)

A identidade narrativa, vista como um estrutura temporal, permite igualmente incorporar as noções de instabilidade e fluidez, presentes nas concepções construcionistas. É sempre possível, em determinados presentes históricos, combinar passados e futuros de formas diferenciadas, é sempre possível tramar sobre a sua própria vida ou a vida da sua comunidade intrigas diferentes e, até mesmo, opostas. Esta forma de conceber a questão das identidades autoriza reconhecer igualmente que os fios das tramas traçadas são seletivos e que, ao serem tecidos, eles se posicionam em relação a outras tramas, a outras identidades narrativas já existentes e muitas vezes concorrenciais.

As questões de poder e de ética, nesse jogo das diferenças e de identidades, têm também o seu lugar assegurado neste conceito, na medida em que a construção do sentido depende do momento da refiguração, momento de encontro com os leitores/atores e negociadores da concepção de identidade em disputa pela hegemonia nos diferentes campos onde ela está sendo negociada.

A teoria da leitura advertiu-nos sobre isto: a estratégia de persuasão fomentada pelo narrador visa impor ao leitor uma visão do mundo que nunca é eticamente neutra mas de preferência induz, implícita ou explicitamente, uma nova avaliação do mundo e do próprio leitor: nesse sentido, a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão inseparável da narração, à correção e ética. De qualquer forma, cabe ao leitor tornado novamente agente, iniciador da ação, escolher entre as múltiplas propostas de correção ética veiculadas pela leitura. (id., p.429)

Ao carregar essas potencialidades, o conceito de identidade permite discutir o problema tanto no plano do simbólico como no plano das vivências, oferecendo pistas para pensar de forma articulada a tensão entre a busca da verdade e a construção de sentido. Por outro lado, no plano simbólico, oferece repostas para outros interrogantes trazidos pelas implicações do fenômeno da globalização e da

crise da modernidade: "Como articular o que permanece e o que se transforma? Como identificar-se a uma pertença comum? Como reconhecer-se em um passado e em um futuro? (Airfuch, 2001, p.5).

Ele autoriza igualmente a necessária crítica ao essencialismo identitário, sem, no entanto, desconsiderar a importância das bases empíricas do passado e da tradição na construção das identidades. Por outro lado, reconhece plenamente o papel central da interpretação, da imaginação nessas construções, deixando entrever o trabalho da tradução como elemento constitutivo dessas identidades. Realidade histórica e discurso histórico podem ser, assim, percebidos, ambos, como entre-lugares na identidade narrativa do brasileiro.

Em suma, a fertilidade teórica desse conceito abre um caminho alternativo para pensar a relação entre ensino de história, memória, identidade e poder, evitando as seguintes armadilhas: 1) a banalização do discurso histórico, garantindo, dessa forma, a especificidade do próprio campo da pesquisa histórica; 2) a dicotomia que norteia a maior parte das reflexões sobre a construção de identidades, sejam elas individuais ou coletivas, impedindo de se pensar a relação passado, presente e futuro, de forma mais fecunda; 3) a negação da possibilidade de construção de uma história nacional, permitindo pensá-la sob outras bases.

lxi Un champs de problème, sans doutes classiques, dans la mesure où ils sont lié à al collectivité spécifiquement moderne quest la nation, se trouve réactualisé et réarticulé en fonction d'une expérience historique nouvelle. (Colliot-Thélène, 1997, p.46)

lxii (...) [les] phénomènes qui révèlent ce que l'on nomme la “mondialisation”, a porté au premier plan la question des identités. (Colliot-Thélène, 1997, p.46)

lxiii Car en définitive, l'autre est objet d'histoire, de manière incontournable. Il l'a peut-être été moins comme centre de la recherche historique quand l'histoire se centrait plus sur l'évènement ou quand elle était une histoire politique ou diplomatique. Il l'est bien plus avec de nouvelles préoccupations comme l'étude des représentations ou avec l'intérêt accru porté à la subjectivité de l'autre passé. Autrement dit quand l'autre n'est pas de manière explicite au centre de la pensée épistémologique historique, une concetion de l'autre, du rapport à l'autre est malgré tout à l'oeuvre. (Dalongeville, 2001, p.92)

lxiv (...) la possibilité d'un enдеignement de l'histoire totalement libéré du schème national. (Colliot-Thélène, 1997, p.51)

lxv Les impasses de l'identité sont des impasses de transmission de mémoire et d'inconscient où se rejoue l'origine. On fait l'impasse sur son origine nouvelle, à prendre, quand l'ancienne ne s'est pas donnée. Il nous faut une origine à prendre, pour pouvoir la quitter, pour partir, grandir, franchir l'entre-deux entre racines et racines projetées. (Dalongeville, 2001, p.71)

lxvi Cette volonté de conserver, de préserver, de “muséifier” le passé, concomitante de la valorisation actuelle de la “mémoire”, semble plus une forme de résistance au sentiment perçu de l'altérité du temps qui passe, une réponse à l'incertitude actuelle à l'égard du présent et du futur, que la volonté d'entretenir un lien dynamique entre le passé, le présent et le futur. (Rousso, 1998, p.80)